

ANA CLARISSA MASUKO

PRINCÍPIO DO DESTINO
NO COMÉRCIO EXTERIOR
DE SERVIÇOS

Desafios na Era da Economia Digital

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Ana Clarissa Masuko

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M424p

Masuko, Ana Clarissa

Princípio do destino no comércio exterior de serviços : desafios na
era da economia digital / Ana Clarissa Masuko. – Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2021.

408 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 363-392.

ISBN 978-65-5510-663-3

1. Direito tributário internacional. 2. Comércio exterior. 3. Tributação.
4. Tributação de serviços. 5. Tributação indireta. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução: Serviços, Economia Digital e o Direito Tributário	1
Capítulo 1. A Tributação Indireta	13
1.1 A a classificação entre tributos diretos e indiretos	13
1.2 Críticas à classificação entre tributos diretos e indiretos	20
1.3 Princípios da tributação indireta	25
1.3.1 Princípio da igualdade	28
1.3.2 Princípio da capacidade contributiva	30
1.3.3 Princípio da neutralidade.....	32
1.3.4 Princípio da praticabilidade	36
1.4 Formas de tributação indireta	40
1.4.1 Tributos monofásicos	43
1.4.2 Tributos plurifásicos cumulativos	47
1.4.3 Tributo não-cumulativo ou sobre o valor acrescido.....	50
1.4.4 Tributos indiretos seletivos	60
1.5 Tributação indireta no Brasil	63
Capítulo 2 - Normas de Conexão e Direito Tributário Internacional	79
2.1 Princípio da territorialidade	79
2.2 Direito tributário internacional e os conflitos de jurisdições	87
2.3 Normas de conexão	91
2.3.1 Dos elementos de conexão	96

2.3.2 Das qualificações	101
2.3.3 Princípios de aplicação das normas de conexão	108
2.3.4 Normas de conexão e princípio da praticabilidade	112
2.4 Princípio da territorialidade, seus corolários e na economia digital	121
Capítulo 3. Princípio Do Destino	131
3.1 A territorialidade na tributação do comércio exterior	131
3.2 Princípio da origem e do destino no comércio internacional.....	134
3.3 Neutralidade na aplicação do princípio do destino	141
3.4 Aplicação do princípio do destino no comércio exterior de bens tangíveis	145
3.4.1 Tributação dos bens tangíveis	148
3.4.2 Desoneração dos bens exportados por espécie de tributo indireto	155
3.5 Princípio do destino no Brasil.....	160
3.5.1 A tradição histórica de oneração das exportações	160
3.5.2 A evolução do princípio do destino no direito positivo brasileiro.....	169
3.5.3 Mecanismos para desoneração de mercadorias nas exportações brasileiras.....	172
Capítulo 4. Princípio do Destino da Tributação de Serviços	183
4.1 Serviços na era da economia digital e os desafios à tributação	183
4.2 Aplicação do princípio do destino no comércio exterior de serviços	190
4.3 Tributação do comércio exterior de serviços e elementos de conexão	195
4.4 O contrato de prestação de serviços	201

4.5 Definição de “serviços”	206
4.6 Elementos de conexão objetivos	211
4.6.1 Local da prestação ou execução do serviço	212
4.7.2 Local do bem tangível	214
4.7.3 Local do efetivo consumo	216
4.7.4 Local de pagamento	220
4.7 Elementos de conexão subjetivos	225
4.6.1 Fornecimentos B2B	226
4.6.2 Fornecimentos B2C.....	232
4.7 Comércio eletrônico on line e off line	239
4.8 A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o comércio exterior de serviços	247
Capítulo 5. Princípio do Destino na Tributação do Comércio Exterior de Serviços no Brasil	257
5.1 A tributação do comércio exterior de serviços no Brasil.....	257
5.2 Definição de “serviço” no direito brasileiro	265
5.2.1 Conceito de “serviço” no Brasil: doutrina civilista e a econômica”	270
5.2.2 “Serviço” no direito positivo brasileiro	275
5.2.3 “Serviços” na legislação tributária brasileira	280
5.2.4 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	292
5.3 Princípio do destino no ISSQN incidente no comércio exterior.....	299
5.3.1 Elementos de conexão no ISSQN	304

5.4.2 Jurisprudência do STJ sobre a aplicação do princípio do destino ao ISSQN	320
5.4.3 Cumulatividade do ISSQN e desoneração das exportações	327
5.5 Princípio do destino nas contribuições sociais ao PIS e COFINS incidentes sobre o comércio exterior de serviços	335
5.5.1 Elementos de conexão no PIS e COFINS	341
5.5.2 Cumulatividade do PIS e da COFINS e desoneração das exportações	349
5.6 (In)adequação do direito positivo brasileiro para a realização do princípio do destino no comércio exterior de serviços.....	356
Bibliografia	363